

# PROJETO PROLICEN – 2013 – UFPB PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA CONCEPÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

<sup>1</sup>BARBOSA, Vilma de Lurdes

<sup>2</sup>LEMES, Alves Ercília

<sup>3</sup>LIMA, Damião de

## RESUMO

O presente trabalho, constitui-se na aplicação de um questionário aos alunos de graduação do curso de História (Licenciatura Plena), da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, cujo objetivo é avaliar a formação dos professores do ensino/pesquisa em história. Dispostos a discutir a formação dos nossos graduandos, o objetivo da avaliação consiste dos seguintes itens a saber: a) Aferir o grau de absorção e satisfação do aproveitamento do curso de licenciatura em história, segundo a percepção de nossos formandos; b) Saber se o curso está funcionando de maneira satisfatória, atendendo aos objetivos propostos e se realmente tem o efeito pretendido; c) Analisar se as estratégias de ensino ofertadas aos licenciados, estabelecem um diálogo com a prática educativa e as diversas dimensões que caracterizam a produção do conhecimento histórico; d) Identificar se o aluno em formação na pesquisa/ensino de história, a partir das diversas concepções historiográficas vistas no curso, consegue articular o saber do universo acadêmico com a prática de ensino em sala de aula, sobretudo no ensino Fundamental e Médio.

Palavras – chave: Ensino de História, Formação de Professores, Prática Docente.

---

<sup>1</sup>Profa. Dra. Colaboradora do Departamento de Metodologia da Educação e do Programa Pós-Graduação em História – UFPB – [vilmaufpb@uol.com.br](mailto:vilmaufpb@uol.com.br)

<sup>2</sup>Graduanda em História – UFPB (Bolsista) – [ercilia.lemes@hotmail.com](mailto:ercilia.lemes@hotmail.com)

<sup>3</sup>Prof. Coordenador – Dr. em História Econômica – Prof. de Graduação e do Programa Pós – Graduação em História – UFPB - [damlima@hotmail.com](mailto:damlima@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

A história da formação educacional no Brasil, sobretudo no ensino de história, não é uma história difícil de ser entendida e compreendida. Ela evolui em permanências e rupturas marcantes e fáceis de serem observadas.

A organização da História no Brasil enquanto conhecimento histórico, sobretudo da construção da história nacional, surge em 1838 – no Rio de Janeiro, com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, que versa sobre uma história nacional fundamentada nos elementos político, religioso e monarquia. Um desafio para a educação: Ensinar história do Brasil para brasileiros que discutiam a invenção da nação brasileira, por pessoas que não possuíam formação específica na área de história. Nesse contexto, a História tinha como objetivo, enaltecer a colonização portuguesa e a ação missionária da igreja católica, alinhando-se à história europeia lusitana deixando de perceber às singularidades nacionais. Ainda nesse período, diversas produções sobre a história brasileira começaram a circular; coube a Francisco Adolfo Varnhagem, produzir uma História Geral do processo histórico do país.

Nesse mesmo ano (1838), é criado no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, que institui em sua grade curricular, a disciplina de história. Muitos de seus professores, eram membros do IHGB; ajudaram na elaboração dos programas escolares, nos manuais didáticos e nas orientações que seriam ensinadas. Todas essas produções foram elaboradas sob influência da história metódica e do positivismo de Conte; esse modelo de ensino, foi mantido até o início da República (1889), como sendo a referência para a organização educacional brasileira.

Em 1901, o corpo docente do colégio Pedro II, alterou o currículo escolar; propôs que a o ensino da história do Brasil, passasse à cadeira de História Universal.

Em 1934, com a criação dos cursos superiores, ainda suscitavam os debates teóricos sobre a inclusão da disciplina de Estudos Sociais nos currículos escolares. As experiências norte-americanas, passaram a fazer parte dos debates educacionais. Contudo, a implementação da proposta de ensino de Estudos Sociais como investimento teórico na formação dos professores da Escola Normal e Primária, só se efetiva a partir da década de 1950. Somente no período do Estado Novo (1937 – 1945), o ensino de história que havia sido relegado à um espaço restrito do currículo escolar, retorna com

mais vigor. No entanto, continuava vinculado ao projeto político nacionalista, e se ocupava em reforçar o caráter moral e cívico nos conteúdos escolares.

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985) muitos professores, devido aos posicionamentos e enfrentamentos ideológicos, foram presos, perseguidos e exilados; o ensino de história configurou-se de um caráter estritamente político, onde o estado figurava como principal sujeito histórico. O Regime Militar, implementou ações educacionais, numa formação tecnicista em detrimento do humanístico, e assume o papel de legitimar o modelo de Estado. Nessa nova configuração, as disciplinas humanísticas sobretudo a disciplina de história, perderam espaço nos currículos escolares. No Primeiro Grau, o ensino de história foi condensado na disciplina de Educação Moral e Cívica – EMC; no Segundo Grau, foi substituído pela disciplina de Organização Social Política Brasileira – OSPB. O esvaziamento do ensino de história enquanto disciplina, deu-se em função da proliferação dos cursos de Licenciaturas Curtas em Estudos Sociais, que a tornava polivalente à formação inicial. Conseqüentemente, também houve uma diminuição na formação do professor do ensino na produção de pesquisa em história, uma vez que a disciplina estava confinada à dos Estudos Sociais. No final dos anos 1980 com o processo de reabertura política, o ensino de Estudos Sociais, passou a ser questionado pelos profissionais do ensino de história que defendiam o retorno da disciplina de história, como condição para que houvesse uma aproximação entre a produção do conhecimento e o universo da sala de aula, bem como uma maior preocupação para uma formação e emancipação do sujeito político, histórico e social.

A partir da década de 1990, crescem os debates em torno das propostas educacionais e acabaram culminando na criação da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB e os Parâmetros Curriculares de Ensino – PCN; segundo essas normatizações, um dos objetivos para o ensino de história, era romper com a visão tradicional (factual, linear e cronológica) dos conteúdos curriculares do ensino Fundamental e Médio. O avanço dessas propostas educacionais, posteriormente contribuíram para implementação de temáticas étnico-raciais nos currículos da educação básica, como o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e história e cultura indígena. Apesar dos avanços considerados nas políticas educacionais nos currículos do ensino Fundamental e Médio, se percebe ainda, uma grande dificuldade dos nossos alunos de graduação em história, no que diz respeito a leitura e a interpretação de textos. Sendo assim, a finalidade do

questionário como forma avaliativa, visa saber: se o ensino de história ofertado pela universidade durante o processo de formação dos professores, tem sido capaz de vincular e interagir com a prática do ensino decente em sala de aula. Por fim, nosso trabalho objetiva ainda promover uma cultura de avaliação nos cursos de nível superior, a fim de contribuir para uma formação qualitativa no processo da educação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No senso comum, há um entendimento por parte de um grande número de pessoas, que pensa que ensinar história é algo muito simples de fazer. Poucos se apercebem, das diferentes questões teóricas e ideológicas presentes em cada passo no processo de conhecer e ensinar história. Na maioria das vezes, nem mesmo o professor/pesquisador se dá conta de que o caminho discursivo que segue, é apenas um dentre os diferentes à ser trilhados. A formação do profissional do ensino e pesquisa em história nos dias de hoje, almeja muitas mudanças a partir de dois objetivos principais: a) Formar um profissional crítico e reflexivo que ajude o aluno a compreender melhor o momento histórico em que está vivendo, reconhecendo-se como sujeito histórico; b) Ser capaz de articular a complexidade do conhecimento histórico adquirido na universidade, com a prática dentro e fora da sala de aula.

No livro **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**, organizado por Leandro Karnal, o autor chama atenção para o conhecimento humanístico e a volta do conteúdo. A partir dessa concepção, o autor permite concluir que: em um país como o Brasil, cuja população não gosta de ler, quando lê, lê pouco; o grande desafio dos nossos professores do ensino de história, está na elaboração do conteúdo, no tipo de abordagem e no conhecimento e domínio do conteúdo do ensino de história, visando interagir com o universo de história vivida do educando.

“A História não é estática, é orgânica, viva e mutável. Se a História é um processo de constante mudança, o seu exercício pedagógico também o é [...] A história pedagógica muda, porque mudam seus conceitos, seus agentes e seus sujeitos. Sendo assim, o ensino de história, deve ser constantemente renovado. Uma aula pode ser extremamente conservadora e ultrapassada, utilizando-se de todos os recursos didáticos modernos, e dinâmica e inovadora, usando giz e professor. A inovação exige cautela e saber. Muitas iniciativas são abortadas, porque o inovador/renovador, não consegue ver ou avaliar o peso extraordinário da Tradição; rompendo abruptamente com ela, corre-se o risco de perder o contato com o real na sala de aula. Mas se não romper com a Tradição, em muitas vezes, o professor acaba percebendo o tédio no rosto de seus alunos. Sem uma reflexão, a atividade do professor, torna-se insuportável, um fardo” (KARNAL, 2013, p. 9 – 10).

O que devemos ressaltar durante o processo de formação do professor do ensino/pesquisa em História, é de que estamos vivendo uma época de quebra de paradigmas. E, nossos alunos chegaram à universidade com conceitos e valores diferentes daqueles que os professores foram educados; causando de certa forma um “*descompasso*” entre a realidade em que o professor foi educado e a realidade onde vivem nossos acadêmicos de hoje. Destarte, o professor deve estar sempre atualizado e utilizar-se de algumas estratégias que o conduzam à prática docente, levando em conta a realidade de vida do educando e tudo aquilo que é de pertencimento próprio do mundo do aluno. A educação, é o único caminho para uma formação crítica e autônoma do sujeito.

## **METODOLOGIA**

O questionário de avaliação, é composto de questões fechadas e abertas, nas quais os participantes puderam manifestar opiniões e justificativas sobre a dimensão e condição dos indicadores adotados. A elaboração da investigação foi dividida nas seguintes etapas: a) *Etapa de preparação* - elaboração do questionário, plano de desenvolvimento do projeto, elaboração do questionário e definição do público alvo. b) *Etapa de desenvolvimento* - aplicação do questionário, avaliação do curso, avaliação dos dados coletados, apuração e depuração dos resultados; síntese de apresentação dos dados coletados. c) *Etapa de consolidação* – elaboração de relatório, divulgação final dos dados e avaliação crítica dos resultados.

## **RESULTADOS**

Até o momento, os resultados parciais revelam desafios existentes, como forma de melhorar o curso de história durante o processo de formação dos professores. Um dos desafios apontado pelos alunos pesquisados, é fazer com que os professores do curso de história, estabeleçam uma conexão do conhecimento histórico acadêmico, com a prática de ensino em sala de aula, para o ensino Fundamental e Médio.

Os resultados finais da referida avaliação, serão apresentados quando da apuração e depuração total dos dados coletados

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que os resultados analisados e apresentados até o momento, inserem-se numa amostragem parcial dos dados coletados, já é possível perceber, que medidas

urgentes precisam ser implementadas no curso de história, sobretudo no que versa a formação dos professores do ensino de história e nas ações de natureza pedagógica, a curto e médio prazo. Embora não se pretenda com a avaliação final, fazer mudanças drásticas no ensino/pesquisa de história; apesar dos alunos e professores do curso de graduação em história, estarem submetidos às mudanças no campo educacional, poucos são os que se dispõem a parar para refletir, discutir e analisar tais implicações que envolvem a formação do professor/historiador. Durante o processo de avaliação, percebeu-se que muitos dos professores e alunos, consideraram irrelevante a avaliação em questão.

Por fim, para a continuidade do processo é necessário que se crie no âmbito da instituição acadêmica, uma cultura avaliativa como forma de viabilizar a qualidade no ensino superior, especialmente na formação de professores.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARO, Hudson Siqueira. RODRIGUES, Isabel Cristina. **O papel do profissional de História na formação da cidadania**. In: Anais do 4º Congresso Internacional de História, Maringá, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BITTENCOURT, Circe. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BREJON, Moysés (org.) **Estrutura e funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus: Leituras**. 7ª ed. São Paulo: Pioneiras, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 40ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil: (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

KARNAL, Leandro. (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas** – 6ª ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013.

PILLETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 6ª. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação no Brasil: organização escolar**. 13ª ed. São Paulo: autores associados, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

